

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP teve conhecimento de uma Carta Aberta à Bienal de Ilustração de Guimarães (BIG), Câmara Municipal de Guimarães e Jornal Público em que os signatários, entre os quais se contam reconhecidos ilustradores, designers, autores de BD e outros profissionais da Cultura, manifestam “o seu descontentamento com os moldes da parceria estabelecida entre a Bienal de Ilustração de Guimarães (BIG) e o jornal Público, para a produção de um número ilustrado do mesmo jornal.”

O protesto visa a edição do Público do dia 23 de outubro de 2021, que foi integralmente ilustrada, sem que as pessoas responsáveis por esse trabalho tivessem sido pagas. De acordo com a Carta Aberta, o mesmo terá sucedido com a edição do dia 12 de outubro de 2019, fruto da mesma parceria.

Segundo o que é relatado, nas edições de 2019 e 2021, “foi perguntado às pessoas selecionadas para a exposição e catálogo do evento se gostariam de contribuir, sem remuneração, para uma edição comemorativa do jornal Público: a ideia seria cada artista ilustrar um artigo, de maneira a substituir, nessa edição do jornal, as habituais fotografias por imagens desenhadas.”

A produção destas edições especiais gerou “frustração e perplexidade” entre os signatários da Carta Aberta, perpetuando “tendências de exploração laboral que, infelizmente, são habituais para quem trabalha (ou tenta trabalhar) na área e recebe, muitas vezes, propostas para produzir a troco de “exposição”.”

Mais ainda, é referido que se trata de “um número regular, com a venda do qual o Público lucra como habitualmente, sem que isso implique um esforço adicional da redação. Ainda assim, o Público não se sente obrigado a contribuir, ainda que simbolicamente, para remunerar o trabalho de quem lhe oferece uma roupagem mais festiva para a ocasião.”

A Carta Aberta finaliza com o apelo a que a BIG reveja os moldes da parceria, bem como um apelo “aos meios de comunicação e publicação de maior influência, como o Público, que deixem de recorrer a trabalho não-remunerado da parte de ilustradores e outros trabalhadores criativos. Consideramos urgente o repúdio generalizado destas práticas visto que propagam a precariedade sentida por todo o setor artístico e cultural, e quebram relações de confiança e respeito mútuo entre ilustradores e meios de publicação.”

Recorde-se, de acordo com Resolução do Conselho de Ministros n.º 38-B/2020, publicada em Diário da República, foram atribuídos ao Público cerca de 314,9 mil euros (2,1%) das verbas do programa de 15 milhões em publicidade institucional, criado para responder à perda de receitas devido à COVID-19. Ora, a promoção de práticas de trabalho não remunerado, se é de si grave, quando se trata de ato praticado por entidades que receberam apoios públicos é ainda mais grave.

Além disso, importa que o Governo esclareça que medidas tem tomado ou vai tomar para combater a proliferação de trabalho não pago nas Artes e na Cultura, questão que o PCP defende dever ser alvo de uma ação decidida.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais devidamente aplicáveis, solicita-se a V.ª Ex.ª que possa remeter ao Governo, por intermédio do Ministério da Cultura, as seguintes questões:

1. Como analisa o Governo a situação relatada e a Carta Aberta, no que concerne à proliferação de trabalho não remunerado nas Artes e na Cultura?
2. O jornal Público/SONAE recebeu apoios públicos entre 2019 e 2021? Quais? Em que montantes?
3. Que medidas tem tomado ou vai tomar para combater a proliferação de trabalho não pago nas Artes e na Cultura?

Palácio de São Bento, 25 de novembro de 2021

Deputado(a)s

ANA MESQUITA(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)